Colégio 00001 | Sala 0001 | Ordem 0001

Fevereiro/2016

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 14ª REGIÃO

Concurso Público para provimento de cargos de

Analista Judiciário
Área Judiciária

Nome do Candidato: Caderno de Prova 'A01', Tipo 001

Nº de Inscrição: MODELO

Nº do Caderno: TIPO−001

Nº do Documento: 0000000000000000

ASSINATURA DO CANDIDATO

PROVA

Conhecimentos Gerais
Conhecimentos Específicos
Discursiva – Tema Jurídico

INSTRUÇÕES

Quando autorizado pelo fiscal de sala, transcreva a frase ao lado, com sua caligrafia usual, no espaço apropriado na Folha de Respostas.

A simplicidade representa o último degrau da sabedoria.

- Verifique se este caderno:
  - corresponde a sua opção de cargo.
  - contém 60 questões, numeradas de 1 a 60.
  - contém a proposta e o espaço para o rascunho da Prova Discursiva – Tema Jurídico.

  Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.

  Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Leia cuidadosamente cada uma das questões e escolha a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

C. Gerais / C. Específicos / Discursiva-Tema Jur.
Cargo ou opção A01 - ANALISTA JUDICIÁRIO - ÁREA JUDICIÁRIA
Tipo gabarito 1

GABARITO PRELIMINAR DIVULGADO EM 29/02/2016.

001 - B	011 - B	021 - B	031 - B	041 - E	051 - A
002 - E	012 - B	022 - A	032 - E	042 - A	052 - E
003 - C	013 - D	023 - D	033 - A	043 - B	053 - B
004 - D	014 - C	024 - A	034 - C	044 - E	054 - D
005 - A	015 - E	025 - E	035 - D	045 - D	055 - C
006 - C	016 - E	026 - D	036 - B	046 - A	056 - A
007 - E	017 - C	027 - D	037 - E	047 - C	057 - E
008 - D	018 - E	028 - E	038 - C	048 - B	058 - B
009 - D	019 - C	029 - A	039 - C	049 - D	059 - C
010 - A	020 - D	030 - C	040 - B	050 - C	060 - D

CONHECIMENTOS GERAIS

Língua Portuguesa

Atenção: As questões de números 1 a 8 referem-se ao texto abaixo.

Revolução

Notícias de homens processados nos Estados Unidos por assédio sexual quando só o que fizeram foi uma gracinha ou um gesto são vistas aqui como muito escândalo por pouca coisa e mais uma prova da hipocrisia americana em matéria de sexo. A hipocrisia existe, mas o aparente exagero tem a ver com a luta da mulher americana para mudar um quadro de pressupostos e tabus tão machistas lá quanto em qualquer país latino, e que só nos parece exagerada porque ainda não chegou aqui com a mesma força. As mulheres americanas não estão mais para brincadeira, em nenhum sentido.

A definição de estupro é a grande questão atual. Discute-se, por exemplo, o que chamam de ***date rape****, que não é o ataque sexual de um estranho ou sexo à força, mas o programa entre namorados ou conhecidos que acaba em sexo com o consentimento relutante da mulher. Ou seja, sedução também pode ser estupro. Isso não é apenas uma novidade, é uma revolução. O homem que se criou convencido de que a mulher resiste apenas para não parecer "fácil" não está preparado para aceitar que a insistência, a promessa e a chantagem sentimental ou profissional são etapas numa escalada em que o uso da força, se tudo o mais falhar, está implícito. E que muitas vezes ele está estuprando quem pensava estar convencionalmente conquistando. No dia em que o homem brasileiro aceitar isso, a revolução estará feita e só teremos de dar graças a Deus por ela não ser retroativa.*

A verdadeira questão para as mulheres americanas é que o homem pode recorrer a tudo na sociedade – desde a moral dominante até as estruturas corporativas e de poder – para seduzi-las, que toda essa civilização é no fundo um álibi montado para o estupro, e que elas só contam com um "não" desacreditado para se defender. Estão certas.

(VERISSIMO, Luis Fernando. **Sexo na cabeça**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002, p. 143)

1. Entre os graves equívocos que podem se incluir na relação entre um homem e uma mulher destaca-se, no texto,

(A) a natural subserviência que a mulher prefere demonstrar a seu parceiro violento, em vez de confrontá-lo.
(B) a falta da discriminação masculina entre o que seja uma demonstração de amor e uma iniciativa intimidadora.
(C) o exagero de se avaliar como violentas algumas iniciativas masculinas tão somente carinhosas.
(D) o fato de a moral dominante classificar como hipócrita toda e qualquer iniciativa amorosa do homem machista.
(E) o fato de a mulher relutante tomar como amorosa a violência da sedução a que se atira seu namorado.

---

2. Atente para as seguintes afirmações:

I. No 1º parágrafo, a expressão *aparente exagero* refere-se ao fato, tanto nos Estados Unidos como nos países latinos, de uma gracinha ou certos gestos masculinos serem tomados como assédio sexual a uma mulher.

II. No 2º parágrafo, a frase *sedução também pode ser estupro* contempla a possibilidade de que, no processo da conquista amorosa, o homem ignore a relutância com que a mulher se submete à sua iniciativa.

III. No 3º parágrafo, a frase *elas só contam com um "não" desacreditado* evidencia a convicção que tem o autor da ineficácia da luta das mulheres contra a moral dominante e as estruturas corporativas da sociedade atual.

Em relação ao texto, está correto o que se afirma em

(A) I, II e III.
(B) I e II, apenas.
(C) II e III, apenas.
(D) I e III, apenas.
(E) II, apenas.

---

3. No segmento *A hipocrisia existe, mas o aparente exagero tem a ver com a luta da mulher americana para mudar um quadro de pressupostos e tabus tão machistas* (...), (1º parágrafo)

(A) a *hipocrisia* aqui referida é aquela que caracteriza o comportamento dos que acompanham no Brasil a luta das mulheres americanas.

(B) *pressupostos e tabus tão machistas* designam os valores que as mulheres americanas passam a combater sob o disfarce de um relutante consentimento.

(C) a expressão *aparente exagero* deixa ver a possibilidade de parecerem excessivas as justas providências das mulheres americanas em sua luta.

(D) a *luta da mulher americana* expressa uma reação histórica que pouco ou nada tem a ver com os costumes que marcam as questões de gênero em outros países.

(E) a expressão *para mudar um quadro* diz respeito ao objetivo maior da luta das mulheres, que é combater a hipocrisia praticada pelos políticos americanos.

4. Considerando-se o contexto, traduz-se adequadamente o sentido de um segmento em:

(A) *uma prova da hipocrisia americana* (1º parágrafo) = um atestado da maledicência estadunidense.

(B) *consentimento relutante* (2º parágrafo) = aprovação explícita.

(C) *são etapas numa escalada* (2º parágrafo) = constituem signos de uma reversão.

(D) *o uso da força* (...) *está implícito* (2º parágrafo) = o emprego da coação (...) fica tácito.

(E) *estruturas corporativas e de poder* (3º parágrafo) = possantes associações sindicais.

---

5. Está clara e correta a **redação** deste livre comentário sobre o texto:

(A) Os homens interiorizam conceitos e valores referentes à mulher sem acreditarem que estão cultivando e pondo em prática os mais abomináveis preconceitos.

(B) São abomináveis os conceitos e valores de que os homens acreditam e põem em prática no que diz respeito às mulheres sem ter consciência disso.

(C) As mulheres são vítimas dos preconceitos e valores abomináveis com que os homens cultivam e interiorizam a seu respeito em suas práticas.

(D) Conceitos e valores preconceituosos no que dizem respeito à mulher são cultivados pelos homens que nem sequer ao menos parecem ter consciência por este fato abominável.

(E) São abomináveis os preconceitos onde os homens praticam contra as mulheres sob a forma de conceitos e valores que só fazem desacreditá-las.

---

6. As exigências quanto à concordância verbal estão plenamente atendidas na frase:

(A) A muitos poderá parecer um excesso as lutas travadas pelas mulheres americanas contra a prática de graves atitudes machistas.

(B) Acaba por se constituir numa grande hipocrisia as atitudes de quem se diz reger por determinada moral e pratica outra, inteiramente diversa.

(C) É comum que aos homens ocorra estar no exercício de um direito quando, em suas práticas amorosas, impõem às mulheres o que as humilha e as desonra.

(D) Couberam às mulheres americanas, cansadas de se submeterem aos machistas, travar duras lutas contra o assédio sexual e outras práticas que as vitimam.

(E) A maioria dos homens não costuma levar a sério o "não" que, saindo das bocas das namoradas, ressoam como se fosse tão somente uma fingida evasiva.

---

7. Atente para as seguintes construções:

I. Haveria ainda mais hipocrisia, nas relações entre o homem e a mulher americanos, caso não venham a se organizar os atuais protestos contra o assédio sexual.

II. Não fossem as iniciativas das mulheres americanas, que não hesitam em processar os desrespeitadores machistas, não se demoveriam práticas detestáveis de discriminação e desrespeito.

III. Havendo ameaça de um processo, é natural que os homens americanos passem a acautelar-se quanto às atitudes que venham a tomar em suas relações com as mulheres.

A correlação entre tempos e modos verbais está plenamente respeitada APENAS em

(A) I.
(B) II.
(C) III.
(D) I e II.
(E) II e III.

---

8. A transposição de uma frase na voz ativa para sua exata correspondente na voz passiva ocorre em:

(A) As mulheres passaram a reagir contra a prática do assédio sexual = A prática do assédio sexual passou a ser objeto de reação das mulheres.

(B) A reação das mulheres traduz a intensidade de sua revolta = A reação das mulheres será traduzida pela intensidade de sua revolta.

(C) São históricos os preconceitos que vêm vitimando as mulheres = As mulheres teriam sido vitimadas por preconceitos históricos.

(D) Os machistas vêm seduzindo as mulheres com a complacência da sociedade = As mulheres vêm sendo seduzidas pelos machistas com a complacência da sociedade.

(E) Promessas e chantagens empregam os machistas em seu processo de sedução = Os machistas têm empregado promessas e chantagens em seu processo de sedução.

Atenção: As questões de números 9 a 15 referem-se ao texto abaixo.

Era uma vez...

As crianças de hoje parecem nascer já familiarizadas com todas as engenhocas eletrônicas que estarão no centro de suas vidas. Jogos, internet, e-mails*, músicas, textos, fotos, tudo está à disposição à qualquer hora do dia e da noite, ao alcance dos dedos. Era de se esperar que um velho recurso para se entreter e ensinar crianças como adultos – contar histórias – estivesse vencido, morto e enterrado. Ledo engano. Não é incomum que meninos abandonem subitamente sua conexão digital para ouvirem da viva voz de alguém uma história anunciada pela vetusta entrada do "Era uma vez...".*

Nas narrativas orais – talvez o mais antigo e proveitoso deleite da nossa civilização – a presença do narrador faz toda a diferença. As inflexões da voz, os gestos, os trejeitos faciais, os silêncios estratégicos, o ritmo das palavras – tudo é vivo, sensível e vibrante. A conexão se estabelece diretamente entre pessoas de carne e osso, a situação é única e os momentos decorrem em tempo real e bem marcado. O ouvinte sente que o narrador se interessa por sua escuta, o narrador sabe-se valorizado pela atenção de quem o ouve, a narrativa os une como num caloroso laço de vozes e de palavras.

As histórias clássicas ganham novo sabor a cada modo de contar, na arte de cada intérprete. Não é isso, também, o que se busca num teatro? Nas narrações, as palavras suscitam imagens íntimas em quem as ouve, e esse ouvinte pode, se quiser, interromper o narrador para esclarecer um detalhe, emitir um juízo ou simplesmente uma interjeição. Havendo vários ouvintes, forma-se uma roda viva, uma cadeia de atenções que dá ainda mais corpo à história narrada. Nesses momentos, é como se o fogo das nossas primitivas cavernas se acendesse, para que em volta dele todos comungássemos o encanto e a magia que está em contar e ouvir histórias. Na época da informática, a voz milenar dos narradores parece se fazer atual e eterna.

(Demócrito Serapião, inédito)

9. Afirma-se na abertura do texto: *As crianças de hoje parecem nascer já familiarizadas com todas as engenhocas eletrônicas que estarão no centro de suas vidas*. Com a leitura integral do texto, tal afirmação é

(A) contraditada pelo fato de que o verdadeiro interesse das crianças, longe de estar nas atrações eletrônicas, é aquele que o teatro proporciona em suas grandes produções.

(B) ratificada quando nos certificamos de que a imaginação das crianças de hoje é estimulada sobretudo pelo manejo de jogos eletrônicos, sob o comando criativo de cada uma delas.

(C) contraposta ao prazer inexcedível que cada criança experimenta quando abandona a manipulação de engenhocas eletrônicas pelo encanto de criar histórias imaginosas.

(D) ressalvada pelo fato de que o encantamento pelas narrativas orais, com o narrador presente, pode substituir o prazer que elas experimentam por meio de recursos eletrônicos.

(E) minimizada ao nos darmos conta de que a suposta atração que as crianças sentem pelos jogos eletrônicos decorre da baixa atenção que a família moderna lhes dedica.

---

10. Atente para as seguintes afirmações:

I. No 1º parágrafo, à advertência *Ledo engano* segue-se a convicção de que a atração das crianças por histórias contadas diretamente a elas não é menor do que a que sentem pelas desenvolvidas com recursos eletrônicos.

II. No 2º parágrafo, a expressão *caloroso laço de vozes e de palavras* reafirma a importância já ressaltada pela afirmação de que *a presença do narrador faz toda a diferença*.

III. No 3º parágrafo, depreende-se que a analogia entre a narrativa oral e a arte do teatro ocorre por força de um elemento comum: a interpretação pessoal e atualizada que se pode dar a narrativas tradicionais.

Em relação ao texto, está correto o que se afirma em

(A) I, II e III.
(B) I e II, apenas.
(C) I e III, apenas.
(D) II e III, apenas.
(E) II, apenas.

---

11. O recurso da progressão de elementos com o fito de dar força a um argumento é utilizado pelo autor no interior mesmo do seguinte segmento:

(A) *As crianças de hoje parecem nascer já familiarizadas com todas as engenhocas eletrônicas que estarão no centro de suas vidas*. (1º parágrafo)

(B) *A conexão se estabelece diretamente entre pessoas de carne e osso, a situação é única e os momentos decorrem em tempo real e bem marcado*. (2º parágrafo)

(C) *O ouvinte sente que o narrador se interessa por sua escuta* (...). (2º parágrafo)

(D) *Nas narrações, as palavras suscitam imagens íntimas em quem as ouve* (...). (3º parágrafo)

(E) *Nesses momentos, é como se o fogo das nossas primitivas cavernas se acendesse, para que em volta dele todos comungássemos o encanto* (...). (3º parágrafo)

12. Atente para esta sequência de frases que compõem um período do texto:

I. *O ouvinte sente que o narrador se interessa por sua escuta,*

II. *o narrador sabe-se valorizado pela atenção de quem o ouve,*

III. *a narrativa os une como num caloroso laço de vozes e de palavras*.

Não se altera o sentido do período acima introduzindo-se as frases II e III, respectivamente, com as seguintes expressões:

(A) uma vez que – ainda que

(B) ao passo que – por conseguinte

(C) desde que – mesmo que

(D) conquanto – porquanto

(E) portanto – entretanto

13. Está plenamente adequado o emprego de **ambos** os elementos sublinhados em:

(A) Ele não se dispõe <u>à</u> abandonar os jogos eletrônicos, mas volta e meia fica atento <u>às</u> histórias que lhe narram.

(B) Mesmo <u>àqueles</u> meninos estudiosos não falta tempo para os joguinhos eletrônicos <u>com cujos</u> se entretêm.

(C) A conexão <u>da qual</u> eles permanecem interligados permite-lhes conversarem todo o tempo <u>à</u> muita distância.

(D) As narrativas clássicas, <u>a cuja</u> mágica oralidade sentimo-nos presos, competem <u>com</u> os meios da informática.

(E) Cabe <u>à</u> plateia de um contador de histórias participar ativamente da narração <u>em cuja</u> se acha envolvida.

14. Atente para as seguintes frases:

I. Ele ama os joguinhos eletrônicos, que vê como desafios.

II. Ele se vicia em joguinhos eletrônicos, independentemente do grau de dificuldade que ofereçam.

III. Ele sente especial atração pelos joguinhos eletrônicos difíceis, nos quais vem se aprimorando.

A supressão da vírgula altera o sentido do que está APENAS em

(A) I.

(B) I e II.

(C) I e III.

(D) II e III.

(E) III.

15. O verbo indicado entre parênteses deverá flexionar-se em uma forma do **plural** para preencher corretamente a lacuna da frase:

(A) Nem se ..... (**pensar**) em dar ouvidos às pessoas que não acreditam no poder da arte de contar histórias.

(B) Aos meninos do bairro ..... (**parecer**) melhor ouvir histórias do que se entreter com jogos eletrônicos.

(C) Das histórias que ouviram nada os ..... (**encantar**) mais do que as inflexões do narrador.

(D) É improvável que nos anos futuros ..... (**deixar**) de haver gratas recordações dessas histórias que ouvimos.

(E) Para a maioria dos alunos ainda se ..... (**conservar**) os momentos mágicos daquela antiga sessão.

Matemática e Raciocínio Lógico-Matemático BY Carla Gabola

16. Um comerciante compra certa mercadoria por R$ 149,50 e estabelece o preço de venda levando em consideração que ele quer obter um lucro de 20% sobre o preço de venda, e que ele deverá pagar um imposto de 15% sobre o mesmo preço de venda. Nas condições dadas, o preço de venda da mercadoria deverá ser, em R$, de

(A) 235,00.

(B) 202,00.

(C) 210,00.

(D) 242,00.

(E) 230,00.

17. Em um curso de informática, $\frac{2}{3}$ dos alunos matriculados são mulheres. Em certo dia de aula, $\frac{2}{5}$ das mulheres matriculadas no curso estavam presentes e todos os homens matriculados estavam presentes, o que totalizou 27 alunos (homens e mulheres) presentes na aula. Nas condições dadas, o total de alunos homens matriculados nesse curso é igual a

(A) 18.

(B) 10.

(C) 15.

(D) 12.

(E) 21.

---

18. Após combater um incêndio em uma fábrica, o corpo de bombeiros totalizou as seguintes informações sobre as pessoas que estavam no local durante o incêndio:

- 28 sofreram apenas queimaduras;
- 45 sofreram intoxicação;
- 13 sofreram queimaduras e intoxicação;
- 7 nada sofreram.

Do total de pessoas que estavam no local durante os acidentes, sofreram apenas intoxicação

(A) 48,38%.

(B) 45,00%.

(C) 42,10%.

(D) 56,25%.

(E) 40,00%.

---

19. Aldo, Daniel e Eduardo são três amigos. Dois deles têm 66 anos, e sempre mentem. O outro deles tem 48 anos e sempre diz a verdade. Se Aldo disse "– A idade de Daniel não é 66 anos", então, é correto afirmar que

(A) Eduardo e Daniel dizem a verdade.

(B) Aldo e Eduardo mentem.

(C) Eduardo tem 48 anos.

(D) Aldo diz a verdade.

(E) Aldo tem 48 anos.

---

20. Observe os sete primeiros termos de uma sequência numérica: 7, 13, 25, 49, 97, 193, 385, ... Mantido o mesmo padrão da sequência e admitindo-se que o 100º termo seja igual a x, então o 99º termo dela será igual a

(A) $\frac{x}{2}+1$

(B) $\frac{x}{2}-1$

(C) $\frac{x-1}{2}$

(D) $\frac{x+1}{2}$

(E) $\frac{2x-1}{4}$

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Direito Constitucional

21. A Constituição Federal prevê que farão parte da composição do Tribunal Superior do Trabalho, advogados e membros do Ministério Público do Trabalho que preencherem os requisitos legais e constitucionais específicos. Dentre o número total de Ministros do Tribunal Superior do Trabalho, os advogados e membros do Ministério Público do Trabalho representam

(A) 1/4.

(B) 1/5.

(C) 2/3.

(D) 2/4.

(E) 2/5.

22. Considere as seguintes matérias:

I. Direito do Trabalho.

II. Seguridade social.

III. Custas dos serviços forenses.

IV. Previdência social, proteção e defesa da saúde.

Segundo a Constituição Federal, compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre as matérias indicadas APENAS em

(A) III e IV.

(B) I e II.

(C) I, III e IV.

(D) II e IV.

(E) I e III.

23. Bruna é servidora pública efetiva do Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região e pretende se candidatar ao cargo de Vereadora. Neste caso, se eleita, no exercício de mandato eletivo, não havendo compatibilidade de horários, Bruna será

(A) exonerada do cargo exercido no TRT da 14ª Região para poder exercer o cargo de Vereadora, ante a incompatibilidade existente.

(B) afastada do cargo exercido no TRT da 14ª Região, devendo obrigatoriamente receber a remuneração do cargo efetivo exercido.

(C) afastada do cargo exercido no TRT da 14ª Região, devendo obrigatoriamente receber a remuneração do cargo de Vereadora.

(D) afastada do cargo exercido no TRT da 14ª Região, sendo-lhe facultado optar pela sua remuneração.

(E) afastada do cargo exercido no TRT da 14ª Região, devendo obrigatoriamente receber 50% da remuneração de cada cargo.

24. Henrique, servidor público efetivo do Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região, pretende se aposentar voluntariamente, uma vez que completou o requisito de idade mínima previsto na Constituição Federal. Neste caso, será necessário ele ter cumprido tempo mínimo de

(A) dez anos de efetivo exercício no serviço público e cinco anos no cargo efetivo em que se dará a aposentadoria.

(B) dez anos de efetivo exercício no serviço público e no cargo efetivo em que se dará a aposentadoria.

(C) cinco anos de efetivo exercício no serviço público e no cargo efetivo em que se dará a aposentadoria.

(D) dez anos de efetivo exercício no serviço público apenas, independentemente do tempo exercido no cargo efetivo em que se dará a aposentadoria.

(E) quinze anos de efetivo exercício no serviço público e três anos no cargo efetivo em que se dará a aposentadoria.

25. De acordo com a Constituição Federal, compete privativamente à Câmara dos Deputados:

I. Julgar anualmente as contas prestadas pelo Presidente da República e apreciar os relatórios sobre a execução dos planos de governo.

II. Aprovar, previamente, a alienação ou concessão de terras públicas com área superior a dois mil e quinhentos hectares.

III. Autorizar, por dois terços de seus membros, a instauração de processo contra o Presidente e o Vice-Presidente da República e os Ministros de Estado.

IV. Proceder à tomada de contas do Presidente da República, quando não apresentadas ao Congresso Nacional dentro de sessenta dias após a abertura da sessão legislativa.

Está correto o que se afirma APENAS em

(A) I e III.
(B) I, II e III.
(C) I, III e IV.
(D) II e IV.
(E) III e IV.

Direito Administrativo

26. No que concerne à licença por motivo de doença em pessoa da família, prevista na Lei nº 8.112/1990, considere:

I. Referida licença é sempre concedida sem prejuízo da remuneração.

II. O prazo máximo de sua concessão, a cada período de doze meses, é de sessenta dias, não podendo, em qualquer hipótese, ultrapassar tal período.

III. Somente será deferida se a assistência direta do servidor for indispensável e não puder ser prestada simultaneamente com o exercício do cargo ou mediante compensação de horário.

IV. Será concedida a cada período de doze meses, sendo o início do interstício dos doze meses contado a partir da data do deferimento da última licença concedida.

Está correto o que se afirma APENAS em

(A) I e II.
(B) IV.
(C) I e III.
(D) III.
(E) II e IV.

27. Manoel e Manoela, além de irmãos, são partes interessadas no mesmo processo administrativo em curso perante a Administração Pública Federal. No curso do feito, Manoel desistiu do pedido. Em razão disso, a Administração estendeu a desistência a ambas as partes e extinguiu o processo. Em outro processo administrativo, a parte interessada, Ricardo, também desistiu do seu pedido, o que foi negado pela Administração por considerar que o interesse público justificava a continuidade do feito. Nos termos da Lei nº 9.784/1999, a conduta da Administração Pública Federal está

(A) incorreta apenas no segundo caso, pois a desistência do pedido diz respeito a direito disponível da parte e deve ser prontamente acolhida pela Administração.

(B) correta em ambos os casos.

(C) incorreta em ambos os casos, pois não é cabível desistência em processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal.

(D) incorreta apenas no primeiro caso, pois a desistência atinge somente quem a formulou.

(E) incorreta no primeiro caso, vez que a lei veda duas partes no mesmo processo administrativo e também incorreta no segundo processo, pois não é possível contrariar o interesse da parte, haja vista tratar-se de direito disponível.

---

28. Carlos é Diretor de autarquia federal desde o ano de 2014, sendo que, para tomar posse e entrar em exercício no respectivo cargo, apresentou a declaração de seus bens, bem como dos valores que compõem o seu patrimônio, que foi devidamente arquivada no serviço pessoal competente. Nos termos da Lei nº 8.429/1992, a declaração de bens é atualizada

(A) anualmente, não sendo necessária a atualização quando o agente público deixar o exercício do cargo, emprego ou função, pois a atualização periódica é suficiente para o controle do patrimônio do agente público.

(B) apenas na data em que o agente público deixar o exercício do mandato, cargo, emprego ou função, pois a lei exige a apresentação da declaração no ingresso e sua atualização no momento da saída do agente público.

(C) semestralmente, não sendo necessária a atualização quando o agente público deixar o exercício do cargo, emprego ou função, pois a atualização periódica é suficiente para o controle do patrimônio do agente público.

(D) semestralmente e na data em que o agente público deixar o exercício do mandato, cargo, emprego ou função.

(E) anualmente e na data em que o agente público deixar o exercício do mandato, cargo, emprego ou função.

29. O Estado do Acre realizou procedimento licitatório na modalidade concorrência para a construção de vultosa obra pública. Após o encerramento do certame e a contratação da empresa vencedora, iniciou-se a fase da execução contratual. Nos termos da Lei nº 8.666/1993, a execução de cada etapa será obrigatoriamente precedida da conclusão e aprovação, pela autoridade competente, dos trabalhos relativos às etapas anteriores, à exceção do projeto executivo, que

(A) poderá ser desenvolvido concomitantemente com a execução da obra, desde que também autorizado pela Administração.

(B) é dispensável.

(C) deverá obrigatoriamente ser desenvolvido antes da execução da obra.

(D) deverá obrigatoriamente ser desenvolvido após a execução da obra.

(E) poderá ser desenvolvido concomitantemente com a execução da obra, não sendo necessário autorização da Administração, pois decorre de previsão legal.

---

30. Nos termos da Lei nº 10.520/2002, a equipe de apoio do pregão deverá ser integrada

(A) em sua maioria por servidores ocupantes de cargo efetivo ou emprego da Administração, obrigatoriamente pertencentes ao quadro permanente do órgão ou entidade promotora do evento.

(B) apenas por servidores ocupantes de cargo efetivo ou emprego da Administração, pertencentes ao quadro permanente do órgão ou entidade promotora do evento.

(C) em sua maioria por servidores ocupantes de cargo efetivo ou emprego da Administração, preferencialmente pertencentes ao quadro permanente do órgão ou entidade promotora do evento.

(D) apenas por servidores ocupantes de cargo em comissão, obrigatoriamente pertencentes ao quadro do órgão ou entidade promotora do evento.

(E) apenas por servidores ocupantes de cargo efetivo ou emprego da Administração, não se exigindo que sejam do quadro do órgão ou entidade promotora do evento.

Direito do Trabalho

31. O Tribunal Superior do Trabalho editou a Súmula de Jurisprudência de nº 212, segundo a qual o ônus de provar o término do contrato de trabalho, quando negados a prestação de serviço e o despedimento, é do empregador, pois determinado princípio do Direito do Trabalho constitui presunção favorável ao empregado. O referido princípio é o da

(A) indisponibilidade dos direitos trabalhistas.

(B) continuidade da relação de emprego.

(C) flexibilização das normas trabalhistas.

(D) intangibilidade salarial.

(E) primazia da realidade.

32. O termo "fonte do direito" é empregado metaforicamente no sentido de origem primária do direito ou fundamento de validade da ordem jurídica. No Direito do Trabalho, o estudo das fontes é de relevada importância, subdividindo-se em algumas modalidades. Assim sendo, considera-se fonte formal heterônoma do Direito do Trabalho:

(A) As convenções coletivas de trabalho firmadas entre sindicatos de categorias profissional e econômica.

(B) Os acordos coletivos de trabalho firmados entre uma determinada empresa e o sindicato da categoria profissional.

(C) As greves de trabalhadores por reajuste salarial de toda a categoria.

(D) Os fenômenos sociais, políticos e econômicos que inspiram a formação das normas juslaborais.

(E) A sentença normativa proferida em dissídio coletivo.

33. Quanto aos institutos jurídicos denominados "relação de trabalho" e "relação de emprego" é correto afirmar:

(A) A relação de emprego é uma espécie do gênero relação de trabalho.

(B) Possuem características idênticas, podendo se afirmar que são expressões sinônimas.

(C) A relação de trabalho é modalidade derivada da relação de emprego.

(D) Não há relação de trabalho se não houver relação de emprego.

(E) São institutos independentes e não guardam nenhuma relação entre si.

34. Com relação ao trabalhador doméstico, conforme legislação que dispõe sobre o contrato de trabalho doméstico é INCORRETO afirmar:

(A) É vedada a contratação de menor de dezoito anos para desempenho de trabalho doméstico, de acordo com a Convenção 182 da OIT e com o Decreto nº 6.481/2008.

(B) O salário-hora normal, em caso de empregado mensalista, será obtido dividindo-se o salário mensal por 220 horas, salvo se o contrato estipular jornada inferior que resulte em divisor diverso.

(C) É facultada a contratação, por prazo determinado, do empregado doméstico para atender necessidades familiares de natureza transitória, ficando a duração do contrato limitada ao término do evento que motivou a contratação, obedecido o limite máximo de 1 ano.

(D) É possível a realização de contrato de experiência, podendo ser prorrogado uma vez, desde que somados os dois períodos não ultrapasse 90 dias.

(E) É facultado às partes, mediante acordo escrito entre essas, estabelecer horário de trabalho de 12 horas seguidas por 36 horas ininterruptas de descanso, observados ou indenizados os intervalos para repouso e alimentação.

35. Os contratos individuais de trabalho são bilaterais e consensuais. Entretanto é possível ocorrer alterações, suspensão e interrupção desses contratos, sendo correto que:

(A) Será sempre lícita a alteração unilateral das condições contratuais quando houver comprovada dificuldade financeira econômica do empregador e a prévia comunicação ao sindicato da categoria profissional.

(B) É considerada alteração unilateral a determinação do empregador para que o respectivo empregado reverta ao cargo efetivo, anteriormente ocupado, deixando o exercício de função de confiança.

(C) Havendo suspensão ou interrupção do contrato, ao empregado afastado não serão asseguradas, por ocasião de sua volta, todas as vantagens que, em sua ausência, tenham sido atribuídas à categoria a que pertencia a empresa.

(D) É licita a transferência do empregado para localidade diversa da que resultar do contrato acarretando a mudança de domicílio, mesmo sem a sua anuência, quando ocorrer extinção do estabelecimento em que trabalhar o empregado.

(E) A aposentadoria por invalidez não interrompe ou suspende, mas sim extingue o contrato de trabalho, ainda que o empregado recupere em 5 anos a sua capacidade laborativa e seja cancelada a sua aposentadoria pelo INSS, não ficando obrigado o empregador ao pagamento de indenização.

36. Diana, escriturária do Banco Ypisulon & Delta S/A, ficou grávida durante o curso de seu contrato de trabalho e confirmou sua gravidez a seu empregador apresentando-lhe atestado médico e exame de ultrassom. Nessa situação, por força de lei, terá estabilidade ou garantia provisória de emprego:

(A) Somente durante os nove meses do período normal de uma gravidez.

(B) Desde a confirmação da gravidez até cinco meses após o parto.

(C) Durante o prazo de 120 dias após o parto.

(D) Desde a confirmação da gravidez até seis meses após o parto.

(E) Durante um ano contado do início da gravidez, incluindo nesse prazo o período de férias anuais.

37. Para trabalhadores que fazem a jornada legal prevista no artigo 7º, inciso XIII da Constituição Federal, a compensação de jornada denominada "banco de horas" sem a remuneração de horas suplementares e observada a soma das jornadas semanais de trabalho previstas, será legalmente possível, desde que mediante

(A) acordo individual, observado o período máximo de um mês e não seja ultrapassado o limite máximo de 12 horas diárias.

(B) acordo judicial, observado o período máximo de um ano e não seja ultrapassado o limite máximo de 12 horas diárias.

(C) acordo individual, observado o período máximo de seis meses e não seja ultrapassado o limite máximo de 8 horas diárias.

(D) acordo coletivo de trabalho ou convenção coletiva de trabalho, observado o período máximo de dois anos e não seja ultrapassado o limite máximo de 10 horas diárias.

(E) convenção coletiva de trabalho ou acordo coletivo de trabalho, observado o período máximo de um ano e não ultrapasse o limite máximo de 10 horas diárias.

38. Conforme normas legais aplicáveis à espécie o direito de ação de trabalhador maior e capaz quanto aos créditos resultantes dos contratos de emprego, está sujeito a prazo

(A) prescricional de 3 anos para o urbano e 2 anos para o rural, observado o limite de 5 anos após a extinção do contrato.

(B) decadencial de 2 anos, tanto para o urbano quanto para o rural, observado o limite de 3 anos após a extinção do contrato.

(C) prescricional de 5 anos para o urbano e o rural, observado o limite máximo de 2 anos após a extinção do contrato.

(D) prescricional de 2 anos para o urbano e decadencial de 2 anos para o rural, observado o limite mínimo de 5 anos da admissão contratual.

(E) decadencial de 5 anos para rural e 2 anos para urbano, não havendo limite relacionado a extinção do contrato.

Direito Processual do Trabalho

39. Conforme norma constitucional é competência da Justiça do Trabalho processar e julgar

(A) ação de reparação por dano material em face do órgão previdenciário em razão de não concessão de aposentadoria por invalidez.

(B) demanda possessória envolvendo um sindicato de categoria profissional que alega ser proprietário do prédio onde está estabelecido o Sindicato da respectiva categoria econômica.

(C) ações relativas às penalidades administrativas impostas aos empregadores pelos órgãos de fiscalização das relações de trabalho.

(D) execuções, de ofício, de imposto de renda dos diretores não empregados de sociedades anônimas que mantém relação de trabalho com essas empresas.

(E) ação ordinária de trabalhador em face da Caixa Econômica Federal em razão de não ter sido autorizada movimentação de sua conta vinculada do FGTS.

40. Apolo, auditor empregado da empresa de auditoria externa Fenix S/A, foi dispensado por justa causa diante da alegação de desídia no desempenho das suas funções. O trabalhador pretende ajuizar reclamatória trabalhista questionando o motivo da rescisão e postulando o pagamento de verbas rescisórias e horas extraordinárias não remuneradas. No caso, trata-se de empregador que promove realização de atividades fora do lugar do contrato de trabalho. De acordo com as regras de competência territorial Apolo deverá ingressar com a ação:

(A) Somente no local da prestação de serviços.

(B) No foro de celebração do contrato ou no da prestação dos respectivos serviços.

(C) Não havendo regras na Consolidação das Leis do Trabalho sobre a matéria, poderá escolher qualquer comarca do Estado em que tem seu domicílio.

(D) No foro de eleição previsto no contrato de trabalho firmado entre as partes.

(E) Na sede da empresa ou na capital do Estado em que ocorreu a contratação.

41. Como o Estado não pode assumir todos os encargos para satisfação dos gastos da administração da justiça, no processo trabalhista, como regra, as partes estão sujeitas ao pagamento de custas. Entretanto, por força da lei, estão isentos do pagamento de custas nos processos que tramitam na Justiça do Trabalho:

(A) As instituições de beneficência, associações recreativas ou outras instituições sem fins lucrativos.

(B) As entidades de caráter religioso declaradas de utilidade pública em nível federal.

(C) Os empregadores domésticos em razão da ausência de finalidade lucrativa do trabalho doméstico.

(D) As empresas públicas e sociedades de economia mista federais.

(E) As autarquias e fundações públicas federais, estaduais ou municipais que não explorem atividade econômica.

42. A Teoria Geral do Processo conceitua a nulidade como sendo uma sanção pela qual a lei priva um ato jurídico dos seus efeitos normais, quando em sua execução não são observadas as formas ou requisitos para ele prescritas. Entretanto, diante da informalidade do processo do trabalho, em relação às nulidades é correto que

(A) só haverá nulidade quando resultar dos atos inquinados manifesto prejuízo às partes litigantes.

(B) as partes litigantes podem arguir as nulidades a qualquer momento processual, cabendo-lhes a escolha do momento processual que entendam oportuno.

(C) a nulidade será declarada mesmo que for possível suprir-lhe a falta ou repetir o ato, uma vez que o ato já foi realizado e se consolidou.

(D) a nulidade deverá ser pronunciada ainda que tenha sido arguida pela parte litigante que lhe originou ou lhe deu causa.

(E) o juiz que pronunciar a nulidade não precisa declarar os atos a que ela se estende porque a nulidade de um ato prejudica os atos anteriores a este.

43. O Princípio da oralidade é de suma importância no processo do trabalho, daí por que as audiências são o ponto forte do procedimento de uma reclamatória trabalhista em primeiro grau de jurisdição. Sobre audiências é correto afirmar:

(A) O não comparecimento do reclamante em Audiência Inicial ou Una importa em revelia, além da confissão quanto à matéria fática.

(B) Serão públicas como regra e realizadas em dias úteis previamente fixados, entre oito e dezoito horas, não podendo ultrapassar cinco horas seguidas, salvo quando houver matéria urgente.

(C) Caso o juiz não houver comparecido em até dez minutos após a hora marcada para a audiência, os presentes poderão retirar-se, devendo o ocorrido constar do livro de registro das audiências.

(D) O não comparecimento do reclamado em Audiência Inicial ou Una importará em remarcação da mesma por uma única vez, para garantir a ampla defesa e o contraditório, arcando a parte ausente com multa fixada pelo juiz.

(E) Terminada a apresentação da defesa do reclamado em audiência o juiz deverá suspender a sessão e marcar nova audiência para que o reclamante possa apresentar sua réplica e indicar as provas que pretende produzir, sob pena de nulidade processual.

44. A Consolidação das Leis do Trabalho prevê algumas regras que diferenciam os tipos procedimentais das ações que tramitam na Justiça do Trabalho, notadamente quanto ao número de testemunhas que cada parte pode indicar para oitiva em audiência. Assim, para os ritos sumaríssimo, ordinário e inquérito judicial para apuração de falta grave, o número de testemunhas será, respectivamente,

(A) três – quatro – cinco.
(B) duas – três – três.
(C) três – cinco – seis.
(D) duas – cinco – cinco.
(E) duas – três – seis.

45. A Consolidação das Leis do Trabalho apresenta um capítulo próprio com disposições específicas sobre o tema execução, segundo as quais:

(A) As contribuições sociais devidas em decorrência de sentença condenatória não serão executadas *ex officio* devendo ser instaurado procedimento próprio pelo órgão previdenciário e remessa de carta de execução para a Justiça Federal.

(B) Garantida a execução terá o executado o prazo de 10 dias para apresentar embargos, cabendo ao exequente mais 10 dias para impugnação.

(C) A matéria de defesa em embargos à execução ficará restrita às alegações de quitação da dívida exequenda, cabendo apenas prova documental e não há previsão de prova oral em audiência.

(D) Os termos de ajuste de conduta firmados perante o Ministério Público do Trabalho e os termos de conciliação firmados perante as Comissões de Conciliação Prévia são considerados títulos executivos extrajudiciais que são executados na Justiça do Trabalho.

(E) A execução pelo não pagamento de uma prestação não compreenderá as que lhe sucederem, nos casos de execução de prestações sucessivas por tempo determinado.

46. A respeito do Processo Judicial Eletrônico na Justiça do Trabalho – PJe-JT, conforme Resolução 136/2014 do Conselho Superior da Justiça do Trabalho – CSJT e Portaria TRT14 nº 151 de 6/2/2014 é INCORRETO afirmar:

(A) A apresentação de defesa oral em audiência no âmbito do TRT14 não elide a obrigatoriedade da parte ter realizado a anexação dos documentos previamente pelo PJe-JT, mesmo nas hipóteses do *jus postulandi*.

(B) O acesso ao sistema PJe-JT mediante identificação de usuário (*login*) e senha, será exclusivamente para visualização de autos, exceto nas hipóteses de sigilo ou segredo de justiça.

(C) O credenciamento de advogados no sistema dar-se-á pela identificação do usuário por meio de seu certificado digital e remessa do formulário eletrônico disponibilizado no portal de acesso ao PJe-JT, devidamente preenchido e assinado digitalmente.

(D) A indisponibilidade do sistema PJe-JT será considerada pela falta de oferta ao público externo, diretamente ou por meio de *WebService*, dos serviços de consulta aos autos digitais ou a transmissão eletrônica de atos processuais.

(E) As indisponibilidades ocorridas entre 0h e 6h dos dias de expediente forense e as ocorridas em feriados e finais de semana, a qualquer hora, não produzirão o efeito de prorrogação dos prazos que vencerem no dia da ocorrência de indisponibilidade.

Direito Civil

47. Para se alterar o estatuto de uma fundação, é mister que a reforma não contrarie ou desvirtue o fim desta e seja deliberada

(A) pela maioria simples dos competentes para gerir e representar a fundação, devendo, ainda, ser aprovada pelo órgão do Ministério Público, e, caso este a denegue, poderá o juiz supri-la, a requerimento do interessado.

(B) pela unanimidade dos competentes para gerir e representar a fundação, devendo, ainda, ser aprovada pelo órgão do Ministério Público, e, caso este a denegue, poderá o juiz supri-la, a requerimento do interessado.

(C) por dois terços dos competentes para gerir e representar a fundação, devendo, ainda, ser aprovada pelo órgão do Ministério Público, e, caso este a denegue, poderá o juiz supri-la, a requerimento do interessado.

(D) por dois terços dos competentes para gerir e representar a fundação, devendo, ainda, ser aprovada pelo órgão do Ministério Público, sem possibilidade de suprimento judicial a requerimento do interessado no caso de denegação.

(E) pela unanimidade dos competentes para gerir e representar a fundação, devendo, ainda, ser aprovada pelo órgão do Ministério Público, sem possibilidade de suprimento judicial a requerimento do interessado no caso de denegação.

48. Nos termos preconizados pelo Código Civil são considerados bens imóveis para os efeitos legais, dentre outros,

(A) os direitos pessoais de caráter patrimonial e respectivas ações.

(B) o direito à sucessão aberta.

(C) os direitos reais sobre objetos móveis e respectivas ações.

(D) as energias que tenham valor econômico.

(E) os materiais provenientes da demolição de algum prédio.

49. Sobre a invalidade do negócio jurídico, considere:

I. É de cinco anos o prazo de decadência para pleitear-se a anulação do negócio jurídico no caso de coação contado do dia em que ela cessa.

II. É nulo o negócio jurídico simulado, mas subsistirá o que se dissimulou, se válido for na substância e na forma.

III. O negócio anulável pode ser confirmado pelas partes, salvo direito de terceiro.

IV. É escusada a confirmação expressa, quando o negócio já foi cumprido em parte pelo devedor, ciente do vício que o inquinava.

Está correto o que se afirma APENAS em

(A) I, II e III.
(B) II e III.
(C) III e IV.
(D) II, III e IV.
(E) I e IV.

50. Ricardo ajuizou ação de indenização contra Pedro, julgada procedente pela Justiça. Na fase de instrução Ricardo foi obrigado a custear o perito judicial Flavio, responsável pela elaboração de laudo de engenharia, pagando para o mesmo a quantia de R$ 5.000,00. O prazo prescricional para Ricardo haver do vencido Pedro o valor despendido em juízo, nos termos estabelecidos pelo Código Civil, será de

(A) 3 anos.
(B) 4 anos.
(C) 5 anos.
(D) 10 anos.
(E) 1 ano.

51. Sobre a transação, na esteira do que estabelece o Código Civil, é correto afirmar:

(A) A transação só se anula por dolo, coação, ou erro essencial quanto à pessoa ou coisa controversa.

(B) É inadmissível a pena convencional na transação.

(C) A transação concernente a obrigações resultantes de delito extingue, em regra, a ação penal pública.

(D) A transação não aproveita, nem prejudica senão aos que nela intervierem, salvo se disser respeito a coisa indivisível.

(E) A transação não é interpretada restritivamente, e por ela se transmitem, declaram ou reconhecem direitos.

Direito Processual Civil

52. Paulo firmou contrato de locação residencial com Arthur pelo prazo de trinta meses. Manoel e Patrícia, genitores de Arthur, são os fiadores. Findo o prazo estabelecido em contrato Arthur desocupou o imóvel, mas deixou de pagar os últimos três alugueres e demais encargos locatícios. Paulo resolve ajuizar ação de cobrança contra Manoel e Patrícia. Neste caso, nos termos estabelecidos pelo Código de Processo Civil, Manoel e Patrícia

(A) deverão apresentar oposição contra o devedor principal Arthur.

(B) deverão obrigatoriamente denunciar a lide ao devedor principal Arthur.

(C) poderão denunciar a lide ao devedor principal Arthur.

(D) poderão nomear à autoria o devedor principal Arthur.

(E) poderão proceder ao chamamento ao processo do devedor principal Arthur.

53. Maurício ajuizou ação de cobrança, pelo rito ordinário, contra Manoel e Joaquim, objetivando o recebimento da quantia de R$ 45.000,00 em decorrência de um contrato de prestação de serviços. Manoel e Joaquim são devidamente citados e constituem advogados diferentes. Neste caso, o prazo para apresentação de contestação e reconvenção será de

(A) 15 dias.
(B) 30 dias.
(C) 15 e 30 dias, respectivamente.
(D) 30 e 15 dias, respectivamente.
(E) 10 dias.

54. No que se refere à ação rescisória, nos termos estabelecidos pelo Código de Processo Civil, analise as seguintes assertivas:

I. O ajuizamento de ação rescisória não impede, em regra, o cumprimento da sentença ou acórdão rescindendo.

II. O direito de propor ação rescisória se extingue em dois anos, contados do trânsito em julgado da decisão.

III. A petição inicial deverá ser elaborada com as observâncias dos requisitos previstos no Código de Processo Civil, devendo o autor depositar a importância de 2% sobre o valor da causa, a título de multa, caso a ação seja, por unanimidade de votos, declarada inadmissível, ou improcedente.

Está correto o que se afirma em

(A) II e III, apenas.
(B) I, apenas.
(C) I, II e III.
(D) I e II, apenas.
(E) II, apenas.

55. Sobre a informatização do processo judicial, de acordo com a Lei Federal nº 11.419/2006, é INCORRETO afirmar:

(A) Criado o Diário da Justiça Eletrônico pelos Tribunais, os prazos processuais terão início no primeiro dia útil que seguir ao considerado como data da publicação.

(B) É aplicada a Lei Federal nº 11.419/2006, indistintamente, aos processos civil, penal e trabalhista, bem como aos juizados especiais, em qualquer grau de jurisdição.

(C) Quando a petição eletrônica for enviada para atender prazo processual, serão consideradas tempestivas as transmitidas até às 19 horas do seu último dia, quando ocorre o fechamento do expediente forense.

(D) As intimações serão feitas por meio eletrônico em portal próprio aos que se cadastrarem na forma da referida Lei, dispensando-se a publicação no órgão oficial, inclusive eletrônico.

(E) Os documentos produzidos eletronicamente e juntados aos processos eletrônicos com garantia da origem e de seu signatário, na forma estabelecida na referida Lei, serão considerados originais para todos os efeitos legais.

Noções de Administração Pública

56. O sistema de gestão de excelência adotado no Modelo Referencial da Gestão Pública, integrante do Instrumento para Avaliação da Gestão Pública do Programa Gespública do Governo Federal, é baseado no

(A) Ciclo PDCA.
(B) *Balanced Scorecard* – BSC.
(C) Programa 5S.
(D) Mapa Estratégico.
(E) Gerenciamento pelas Diretrizes – GDP.

57. Os indicadores são instrumentos metodológicos que permitem identificar e mensurar aspectos relacionados a certo conceito, situação, fenômeno, problema ou mesmo resultado de uma determinada intervenção na realidade social. Sobre os componentes básicos de um indicador, é correto afirmar:

(A) *Medida* é o valor de um indicador em determinado momento.

(B) *Fórmula* é a grandeza qualitativa ou quantitativa que permite classificar as características, os resultados e as consequências dos produtos, processos ou sistemas.

(C) *Índice* é o padrão matemático que expressa a forma de realização do cálculo.

(D) *Padrão* de comparação é o padrão matemático que expressa a forma de realização do cálculo.

(E) *Meta* é um número orientado por um indicador em relação a um padrão de comparação a ser alcançado durante certo período.

---

58. De acordo com a Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO, é INCORRETO afirmar:

(A) Compreende as metas e prioridades da Administração pública.

(B) Orienta a elaboração do Plano Plurianual – PPA e da Lei Orçamentária Anual – LOA.

(C) Dispõe sobre alterações na legislação tributária.

(D) Compreende as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente.

(E) Estabelece as políticas para as agências financeiras oficiais de fomento.

Regimento Interno do Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região

59. Em relação à posse dos Magistrados, o Regimento Interno do TRT da 14ª Região estabelece que

(A) será perante o Presidente da República.

(B) deverá ocorrer dentro de 15 dias, contados da publicação do ato de nomeação.

(C) poderá ser perante o Presidente do Tribunal no caso de recesso, ato que deve ser referendado em sessão solene.

(D) o termo de posse será lavrado em livro próprio e publicado em órgão oficial ou em jornal de grande circulação regional.

(E) o termo de posse deverá ser assinado pelo Presidente e Vice-Presidente do Tribunal, pelo empossado e por todos os Desembargadores presentes na sessão.

---

60. Considere os seguintes atos:

I. Julgar ação rescisória.

II. Deliberar sobre a retirada de processo de pauta para diligências.

III. Julgar recursos ordinários.

Nos termos do Regimento Interno do TRT da 14ª Região, a competência para os atos mencionados é, correta e respectivamente,

(A) do Tribunal Pleno, da Presidência e das Turmas.

(B) das Turmas, do Tribunal Pleno e das Turmas.

(C) das Turmas, das Turmas e do Tribunal Pleno.

(D) do Tribunal Pleno, do Tribunal Pleno e das Turmas.

(E) do Tribunal Pleno, da Presidência e do Tribunal Pleno.

DISCURSIVA–TEMA JURÍDICO

Atenção:

Conforme Edital do Concurso, Capítulo X, itens:

"10.7. Será atribuída nota ZERO à Prova Discursiva – Tema Jurídico que: a) fugir à modalidade de texto solicitada e/ou ao tema proposto; b) apresentar texto sob forma não articulada verbalmente (apenas com desenhos, números e palavras soltas ou em versos) ou qualquer fragmento de texto escrito fora do local apropriado; c) for assinada fora do local apropriado; d) apresentar qualquer sinal que, de alguma forma, possibilite a identificação do candidato; e) estiver em branco; f) apresentar letra ilegível e/ou incompreensível. 10.8. A folha para rascunho no Caderno de Provas será de preenchimento facultativo. Em hipótese alguma o rascunho elaborado pelo candidato será considerado na correção da Prova Discursiva pela Banca Examinadora. 10.9. Na Prova Discursiva deverão ser rigorosamente observados os limites mínimo de 20 (vinte) linhas e máximo de 30 (trinta) linhas, sob pena de perda de pontos a serem atribuídos à Redação. 10.10. A Prova Discursiva terá caráter eliminatório e classificatório e será avaliada na escala de 0 (zero) a 100 (cem) pontos, considerando-se habilitado o candidato que nela obtiver nota igual ou superior a 50 (cinquenta)."

Observação:

- NÃO é necessária a colocação de título na Prova Discursiva de Conhecimentos Específicos.

Lei Complementar nº 150/2015: O trabalho extraordinário do empregado doméstico e a compensação de jornada de trabalho

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

RASCUNHO